

Como a pandemia afetou a Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulamentada (INN)?

A pandemia global COVID-19 teve um impacto significativo nos sistemas alimentares de pesca e aquicultura. As medidas de proteção necessárias e que salvam vidas tomadas pelos governos interromperam as cadeias de abastecimento nacionais e internacionais de frutos do mar. Apesar disso, os frutos do mar continuam sendo uma fonte vital de nutrição, sustentam os meios de subsistência de muitas comunidades pesqueiras artesanais e servem como pedra angular de economias dependentes de peixes.

Os processos de gestão das pescas mudaram amplamente com a restrição e suspensão de programas obrigatórios de observadores a bordo e o atraso no monitoramento e aplicação de medidas para aumentar a sustentabilidade e a proteção do oceano, dos pescadores e da pesca. Isto, por sua vez, pode promover um nível mais baixo de gestão e controlo responsáveis das operações de pesca, o que aumenta o risco de aumento dos níveis de pesca ilegal e não regulada.

Como o Acordo da Cidade do Cabo (CTA, sigla em inglês) da OMI aborda a Pesca Ilegal?

A segurança da tripulação do navio de pesca e as condições de trabalho pioraram ainda mais como resultado da pandemia global. Períodos de trabalho mais longos, contato próximo, pouso reduzido e o fechamento ou redução das atividades de processamento foram adicionados como estressores e riscos para uma indústria já insegura.

Até a entrada em vigor do CTA, não existem regulamentos globais de segurança obrigatórios para os navios de pesca. O CTA descreve os padrões de segurança para embarcações de pesca comercial e detalha os regulamentos que os países signatários do acordo devem adotar para proteger as tripulações de pesca e seus observadores. Por meio do CTA, os países que possuem regulamentos de segurança de embarcações de pesca podem apoiar um precedente de padrões e proteções mais elevados para trabalhadores vulneráveis; e os países sem tais regulamentações têm uma diretriz para proteger o aspecto humano valioso de suas indústrias pesqueiras.

Como Moçambique progrediu em relação a ratificação do Acordo da Cidade do Cabo?

Durante a Conferência Ministerial da IMO em outubro de 2019, Moçambique assinou a Declaração de Torremolinos e comprometeu-se a tomar medidas para a ratificação do CTA até outubro de 2022. Em seguida, o Presidente da PGA e o Secretário-Geral enviaram uma carta formal à Ministra do Trabalho, Ministra Margarida Talapa, reconhecendo seus esforços como ex-membro da PGA e encorajando o Ministério a priorizar a ratificação do CTA. O Membro do Comité Executivo da PGA, Exmo. Dep. Antonio Niquice e a Presidente do Grupo Nacional da PGA em Moçambique, Exma. Dep. Ana Rita Sithole continuam a engajar na ratificação do CTA.

O que os legisladores podem fazer?

Os parlamentares podem fazer perguntas parlamentares, reunir-se com o ministro relevante para uma conversa formal ou sugerir uma sessão a colegas de comissões parlamentares relevantes para abordar as lutas de trabalho na indústria de frutos do mar durante a pandemia. Os Parlamentares pela Ação Global terão prazer em fornecer recursos adicionais e assistência técnica! Entre em contato com a Conselheira Sênior, Sra. Leyla Nikjou em leyla.nikjou@pgaction.org; ou a Oficial de Programa, Sra. Saarah Monawvil em saarah.monawvil@pgaction.org.

Sources:

<https://doi.org/10.4060/ca9349en>

<https://www.imo.org/en/MediaCentre/HotTopics/Pages/Fishing.aspx>

<http://pew.org/2i4Y2RP>



Parliamentarians for Global Action
Parlamentarios para la Acción Global
Action Mondiale des Parlementaires
برلمانيون من أجل التحرك العالمي